

Bancos reagem a Baker

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

"Eu não gosto desse nome. Mas o fato é que o presidente do Federal Reserve tem falado dessa hipótese", disse de Lattre. "A ideia do superbanco, ou fundo especial, é de estabilizar o processo, assumindo a parte da dívida que os bancos menores detêm", acrescentou.

Exibindo uma série de quadros estatísticos elaborados pelo IIF, que revelam um aumento do risco dos bancos no total da dívida de 60%, em 1978, para 68%, em 1981, e uma diminuição simultânea dos créditos bilaterais oficiais para os países endividados de quase 20% para menos de 15%, de Lattre sugeriu que a distribuição do custo do plano Baker — US\$ 20 bilhões para os bancos comerciais, diante de US\$ 9 bilhões dos organismos internacionais — talvez não seja a que mais agrade aos banqueiros.

A participação dos bancos na dívida dos quinze maiores devedores, que in-

cluem países de outras regiões do mundo, deverá cair para 63% do total, até o fim deste ano — estima o IIF. A diferença deve-se à maior participação do Fundo como provedor de recursos para o ajustamento do balanço de pagamentos dos países endividados, a partir de 1981.

O Fundo detém, hoje, cerca de 4% da dívida. Os organismos multilaterais mantiveram sua posição estável, em torno dos 7%. Mas os créditos oficiais, lembrou de Lattre, aumentaram apenas de forma modesta desde 1981, situando-se hoje na faixa dos 16,5% do risco total da dívida dos quinze países considerados — abaixo, portanto, dos níveis de 1978.

Apesar das enormes discrepâncias que existem entre os bancos e os governos dos países industrializados sobre os diferentes aspectos que o plano Baker envolve, a direção para a qual ele indica, de maior participação oficial no encaminhamento de uma solução para a questão da dívida, é vista de forma po-

sitiva, sobretudo pelos grandes bancos, que estão mais expostos. "A estratégia apresentada pelo secretário Baker contém uma diferença filosófica essencial em relação à abordagem anterior do governo dos EUA, que era a de considerar a dívida como um problema a ser resolvido entre bancos credores e países devedores. O fato de a reunião patrocinada pelo IIF não ter produzido nenhum resultado espetacular não deve ser interpretado de forma apressada, pois não se esperava nada dessa reunião. Ela foi basicamente uma sessão informativa e o início de um longo processo, no qual bancos e autoridades procurarão formular, juntos, os mecanismos para viabilizar um plano cujo objetivo agrade a todos", disse a este jornal um banqueiro de um dos grandes bancos de Nova York representados no encontro da segunda-feira.

Em relação ao papel dos

países endividados, tanto de Lattre quanto outras fontes bancárias ouvidas por este jornal enfatizaram que ele deve continuar a seguir a receita atual, de tratamento "caso por caso". Segundo de Lattre, articulação de posições comuns de países endividados, através do Grupo de Cartagena, "não ajuda".

Dentro da abordagem "caso a caso", o diretor do IIF afirmou que a participação do FMI continuará a ser considerada essencial pelos países e bancos credores. Reforçou este ponto indicando que os sete países, entre os quinze mais endividados, que continuaram a implementar programas econômicos negociados com o FMI, ou esquemas de monitoração de suas economias, receberam, em 1985, um total de US\$ 1,9 bilhão de novos créditos dos bancos, equivalente a um aumento de 2,6% do risco dos bancos nesses países.

TABELA I					
A Divisão da Dívida Externa dos 15 Maiores Devedores (*)					
Em bilhões de US\$	1981	1982	1983	1984	1985(F)
Déficit de conta corrente	48.6	50.6	14.6	0.8	4.8
Fuga de capitais p/ exterior	9.7	1.0	0.1	5.9	1.4
Erros e omissões	16.1	23.2	13.9	5.7	6.6
Reservas	-5.4	-16.0	1.9	12.8	-3.0
Financiamento Externo	69.1	58.8	30.6	25.2	9.7
Fluxos que não criam dívida	6.4	4.3	3.2	3.5	3.8
Transferências oficiais	0.6	0.7	1.0	0.7	1.0
Investimentos	5.8	3.6	2.3	2.8	2.8
Créditos de instituições oficiais	8.6	18.1	11.4	13.7	9.4
FMI	1.2	2.2	6.2	3.1	2.4
Organismos Multilaterais	2.3	3.7	2.5	4.8	3.7
Outros créditos oficiais	5.1	12.4	2.9	6.0	3.4
Créditos Privados	54.1	35.2	12.5	8.2	-0.8
Bancos comerciais	48.5	32.4	11.1	9.0	-2.3
Outros credores privados	5.6	3.8	4.7	-1.2	-1.3
Pagamento de juros	38.7	43.6	41.6	45.8	44.4
% juros/exportações de bens e serviços	24.3	31.3	31.5	31.1	31.3

Fonte: Institute of International Finance

(*) — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Costa do Marfim, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

Tabela II					
Balanço de Conta Corrente e Dívida Externa dos 15 Maiores Devedores — 1984 —					
Em bilhões de US\$	Conta Corrente (A)	Dívida Total	Dívida c/ bancos (B)	% Dívida c/ bancos	% Bancos EUA (B) EUA
Argentina	-2.5	47.8	32.0	67.0	8.4
Bolívia	-0.2	4.1	1.1	28.0	0.2
Brasil	-0.5	102.0	73.7	72.2	24.8
Chile	-2.1	20.4	15.6	76.3	6.4
Colômbia	-1.9	12.6	7.5	59.7	3.0
Equador	-0.2	7.6	4.7	61.7	1.9
Costa do Marfim	0.0	6.2	2.6	41.4	0.5
México	3.9	96.6	72.5	75.1	25.8
Marrocos	-1.3	13.2	3.4	25.8	0.8
Nigéria	-0.2	19.2	5.7	29.7	1.3
Peru	-0.4	13.4	5.0	37.6	2.1
Filipinas	-1.5	26.2	13.4	51.2	5.1
Uruguai	-0.1	4.7	2.5	52.9	1.0
Venezuela	4.3	34.8	27.6	79.2	10.6
Iugoslávia	0.9	18.5	7.9	42.5	2.2
Total	-0.8	427.5	275.3	64.4	94.2

(A) — Exclui transferências oficiais

(B) — Exclui débitos garantidos oficialmente pelos países credores

Tabela III				
Balanço de Conta Corrente e Dívida Externa dos 15 Maiores Devedores — 1985 (*)				
Em bilhões de US\$	Conta Corrente (A)	Dívida Total	Dívida c/ os Bancos (C)	% Dívida c/ bancos
Argentina (A)	-2.0	50.8	33.3	65.6
Bolívia	-0.3	4.2	1.1	26.8
Brasil	-0.3	103.5	73.4	70.9
Chile (A)	-1.7	21.9	16.1	73.5
Colômbia (A)	-1.5	13.9	7.9	56.8
Equador (A)	-0.3	7.9	4.6	58.7
Costa do Marfim (A)	0.3	6.3	2.6	41.3
México	-0.7	97.7	72.3	74.0
Marrocos (A)	-1.0	14.4	3.5	24.7
Nigéria	0.8	18.0	4.0	22.3
Peru	-0.3	13.9	4.9	35.5
Filipinas	-0.3	27.4	13.9	50.9
Uruguai	-0.1	4.9	2.5	51.5
Venezuela	2.0	32.6	25.9	79.4
Iugoslávia (A)	0.4	20.0	8.3	41.5
Total	-4.8	437.4	274.6	62.8

* = Estimativa Institute of International Finance

(A) — País com programa do FMI em execução ou esquema de monitoramento

(B) — Exclui transferências oficiais

(C) — Exclui débitos oficialmente garantidos pelos países credores

Bancos reagem a Baker

por Paulo Sotero
de Washington

Cinquenta e oito bancos de catorze países, que representam, em conjunto, cerca de 80% da dívida externa da América Latina, apoiaram de forma genérica o objetivo do plano do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, para o problema da dívida externa.

Exposto durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, no início do mês, em Seul, o plano visa à superação do problema através de uma estratégia de crescimento da economia desses países.

Os banqueiros ficaram longe, contudo, de assumir qualquer compromisso de apoiá-lo antes de conhecer todos os seus detalhes, a maioria dos quais não foi definida.

Washington quer que os bancos comerciais reabram seus cofres e forneçam mais US\$ 20 bilhões aos países endividados, num período de três anos.

As duas outras pernas do plano de Baker consistem na continuação das políticas de ajustamento pelos países devedores e numa ampliação do papel do Banco Mundial e de outros organismos multilaterais na canalização de novos recursos para os países. Sob o plano, o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) repassariam mais US\$ 9 bilhões para as nações endividadas. O BIRD seria responsável por 65% dessas transferências adicionais, ficando o restante por conta do BID.

Numa reunião patrocinada na segunda-feira passada, em Washington, pelo Institute of International Finance (IIF), uma associação internacional de 187 bancos nascida, há dois anos, da crise da dívida, altos executivos de 58 bancos, 24 dos quais norte-americanos, ouviram durante mais de seis horas as exposições feitas por representantes do Departamento do Tesouro, do Federal Reserve Board, do FMI, do

30 OUT 1985



James Baker III

BID e de duas das agências do BIRD e da International Finance Corporation.

Ontem, André de Lattre, ex-vice-presidente do Banco da França e diretor do IIF, apresentou os magros resultados da reunião. "Eu não diria que os bancos assumiram um compromisso de apoiar o programa. Eles querem mais informações", afirmou André de Lattre, depois de ler um

curto e inócuo comunicado à imprensa.

André de Lattre informou, porém, que parte dessas informações adicionais poderá sair de uma série de reuniões que grupos de trabalho formados por banqueiros e autoridades econômicas dos países industrializados terão, nas próximas semanas, para explorar os vários aspectos e as possíveis mudanças que terão de ser introduzidas na regulamentação bancária dos países e dos organismos multilaterais para viabilizar a proposta de Baker.

Um desses encontros está marcado para o fim do mês que vem e tem o objetivo de discutir uma possível compatibilização de regulamentos bancários dos países credores. Paralelamente, continuarão discussões e conversas entre banqueiros, funcionários de organismos internacionais e autoridades de governos sobre novos tipos de empréstimo, o papel dos créditos de exportação e outros itens que precisam ser estruturados para dar um conteúdo concreto à proposta de Baker.

Uma das ideias que serão exploradas, afirmou André de Lattre, é a criação de um superbanco.

(Continua na página 2)